



## A dívida e o País

Benedicto Ismael Camargo Dutra (\*)

Nos países superpovoados, o que é humano vai perdendo valor. Não é certo que se pague salário quando não se produz nada, mas a produção de riqueza deveria ser distribuída com equilíbrio

Tudo se agrava com os encargos criados pelos governos para sustentar ganância e juros. Os seres humanos são desiguais entre si, mas todos têm a capacitação de se autoaprimorar ou se degradar, pois a livre resolução é inerente. O mundo necessita de pessoas capacitadas para encontrar soluções inovadoras para problemas complexos, isto é, pessoas que tenham a capacidade intuitiva em funcionamento, pois só ela possibilita a visão ampla, em terceira dimensão.

A Internet e as redes sociais, como o Facebook, estão oferecendo novas e especiais oportunidades a todos os povos que podem ser bem aproveitadas. O que todos necessitam é ter a chance de se preparar para trabalhar de forma eficiente, e ter uma vida condigna, para que, com isso, se possa assegurar equidade na distribuição da riqueza ofertada pela natureza que acabou ficando concentrada em poucas mãos.

O Brasil precisa encontrar o seu rumo e dar oportunidades para a sua população; enquanto isso não for feito, as portas vão se abrindo para o populismo que se utiliza de todos os meios, quer galgar o poder e suas benesses, desfrutar da gorda arrecadação, dos empréstimos, das estatais, canalizando tudo para as contas pessoais para fazer frente às grandes corporações que ganham o que querem. No meio permanece a população sempre levando a pior. A irresponsabilidade no trato do dinheiro público vai desequilibrando tudo.

Quanto devem Estados e prefeituras? Vendem o imposto adiantado, como vão pagar as contas? Assumir dívida com juros de R\$ 540 bilhões no ano de 2016, somando com o previsto para 2017 chegaremos a R\$ 1 trilhão em dois anos, não é uma coisa que vai além da imaginação? Enquanto a colossal dívida dos Estados Unidos de US\$ 18 trilhões, a juros de 1% acarretaria um acréscimo de US\$ 180 bilhões,

o Brasil com dívida equivalente a US\$ 1 trilhão (dólar a R\$3,50) gerou encargo da ordem de U\$ 155 bilhões. É fato que o Brasil não emite dólares, mas isso não justifica essa enorme disparidade.

No Brasil, a cotação do dólar é muito volátil: em janeiro de 2015 foi de R\$2,50; em setembro de 2016, R\$ 4,10; e em fevereiro de 2017 ficou em R\$3,06. Qual é o efeito sobre a indústria, exportações e inflação? Além dos juros, a flutuação do real também é fator de entrada dos especulativos: entra na cotação alta para sair na valorização, levando muito mais dólares? Enfim, o que se observa é a grande desordem monetária e cambial global.

O jogo do dinheiro ainda poderá criar um pânico mundial com a dança das moedas que se desvalorizam correndo para as que se valorizam. Trata-se de um volume monumental que nada tem a ver com a produção e comércio de bens; é mero jogo financeiro de fuga de um lugar para outro, um dinheiro que vai e vem como enxame nesse mundo que abriu as portas para a livre circulação monetária, seja para investimento e produção ou pura especulação.

Se houver perda de estabilidade das moedas, a qualquer momento poderemos ter a nova corrida do ouro causando pânico geral nos mercados. Mais juros diminui a inflação, ou o contrário? Num país como o Brasil que gasta mais do que arrecada, que tem um ralo de dimensões gigantescas na corrupção, que não consegue equilibrar as contas internas nem as externas, que vai aumentando a dívida, os juros são uma parte ofensiva, e o grande nó é o crescimento da dívida, que com juros compostos elevados logo vai além do PIB.

O problema, como já se tem dito, é o gasto descontrolado, a falta de atender ao que é prioritário. Então o que fazer para fortalecer o país para gerar empregos, estabilidade, crescimento compatível com as necessidades humanas, além do controle das contas?

Soluções precisam ser encontradas. Que debatam os entendidos.

(\*) - Graduado pela FEA/USP, realiza palestras sobre qualidade de vida. Coordena os sites (www.vidaaprendizado.com.br) e (www.library.com.br). Autor de: Nola - o manuscrito que abalou o mundo; O segredo de Darwin; "Desenvolvimento Humano"; "O Homem Sábio e os Jovens"; entre outros (bicdutra@library.com.br).

## Câmara aprova fiscalização rigorosa para casas noturnas

O Plenário da Câmara aprovou três das quatro emendas do Senado ao projeto da deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA), que regulamenta as medidas de segurança e fiscalização das casas noturnas. Permanece a obrigação de todos seguirem as normas da ABNT, mesmo se houver regulamentação sobre o tema. O projeto surgiu a partir dos trabalhos da comissão externa que acompanhou a investigação do incêndio na boate Kiss.

"Uma novidade importante é o fim das comandas, que foi um dos fatores impeditivos da evacuação da boate Kiss no momento do incêndio", afirmou a autora. Essa experiência foi relatada pelos sobreviventes da tragédia na boate, que foram impedidas de sair no começo do incêndio porque não tinham pago as comandas. A proibição se estende a cartões de consumo e vale também para discotecas e danceterias.

Além desses estabelecimentos, outros também poderão ser impedidos de usar essa sistemática de centralização de despesas se assim decidir o Corpo de Bombeiros ou a prefeitura. Elcione lembrou que, devido ao fato de apenas 14% das cidades terem infraestrutura do Corpo de Bombeiros, o projeto prevê



que caberá à prefeitura treinar pessoas capazes de realizar tarefas relacionadas ao combate de incêndios.

Uma das mudanças é o fim da exigência de seguros de responsabilidade civil e de acidentes pessoais para os clientes. O seguro era condição para emissão do alvará de funcionamento. O processo de aprovação de uma construção, instalação ou reforma deverá observar ainda a legislação estadual sobre o tema, as condições de acesso exigidas para operações de socorro e retirada de vítimas; e a prioridade para uso de sistemas preventivos automáticos de combate a incêndio. A matéria será enviada à sanção presidencial (Ag.Câmara).

## Projetos ampliam os direitos das mulheres na política e no trabalho

O Brasil tem mais eleitoras do que eleitores. Do total de 146 milhões de votantes, a maioria é de mulheres (52,9%). Os números, no entanto, não refletem a efetiva participação feminina na política

Elas são apenas 52 entre os 513 deputados da Câmara. E cinco estados brasileiros não têm nenhuma representante mulher; é o caso de Alagoas, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraíba e Sergipe.

Para a senadora Ana Amélia (PP-RS), essa realidade talvez explique a quantidade de escândalos em um cenário político dominado por homens. Ela, porém, acredita em um futuro diferente. "O ideal seria que fôssemos 30%, mas é começando com 12% ou 15% que nós vamos chegar lá. E vamos ter que lutar contra o tempo porque, de todas as nações, o Brasil é o mais atrasado", lamenta.

Esta é uma das principais bandeiras da bancada feminina no Congresso nos últimos dois anos. Nesse sentido, uma proposta apresentada pela Procuradora da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), e relatada pela senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

### Aprovado controle de natalidade para cães e gatos

O Plenário da Câmara aprovou emenda do Senado ao projeto do ex-deputado Affonso Camargo, que cria uma política de controle de natalidade de cães e gatos. A emenda aprovada permite o uso de outros procedimentos de esterilização além da cirurgia, contanto que ofereça ao animal o mesmo grau de eficiência, segurança e bem-estar. Pela proposta, o controle de natalidade será feito por meio de um programa de esterilização permanente de animais, que deverá levar em conta a superpopulação ou quadro epidemiológico existente em cada localidade.

O atendimento será prioritário para os animais que vivem junto a comunidades de baixa renda e as unidades de controle de zoonoses que não puderem executar o programa de esterilização poderão atuar em parceria com entidades de proteção aos animais e clínicas veterinárias legalmente estabelecidas. Os recursos para implementação do programa serão provenientes da Seguridade Social da União, com contrapartida dos municípios de pelo menos 10% dos custos.

Relator da proposta pela Comissão de Constituição e Justiça, o deputado Ricardo Tripoli (PSDB-SP) afirmou que a aprovação do texto comprova a sensibilidade dos parlamentares à proteção dos animais. "O projeto obriga o poder público a lidar com o controle populacional de cães e gatos de uma maneira correta, de uma maneira coerente", disse Tripoli. Segundo o relator, a medida vai pôr fim a práticas atuais de eliminação de animais por asfixia e outros métodos cruéis. "Isso não é possível mais nos dias de hoje", afirmou (Ag.Câmara).

### Alckmin: conversa 'nada de especial'

São Paulo - Um dia depois de ir a Brasília para a posse dos ministros Aloysio Nunes, das Relações Exteriores, e Osmar Serraglio, da Justiça, e ser recebido separadamente pelo presidente Michel Temer, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, tentou minimizar o encontro e evitou dar detalhes da conversa, dizendo que "não teve nada de mais".

Alckmin contou que, como chegou adiantado para a cerimônia, foi convidado por Temer para um "cafezinho" e depois encontrou com Aécio no evento. "Foi uma ótima conversa, não tinha pauta específica, mais sobre a posse dos ministros mesmo", disse Alckmin. Ao ser perguntado sobre suas declarações de que poderia ser candidato a presidente e o apoio manifestado pelo prefeito de São Paulo, João Doria (PSDB), Alckmin repetiu que a discussão fica para 2018 (AE).



Integrantes da bancada feminina no Senado.

reserva para as mulheres 30% dos assentos na Câmara, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais. A matéria está pronta para ser analisada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Também na CCJ tramita um projeto que define percentual

mínimo de 40% de mulheres como membros titulares dos conselhos de administração das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas pela União. A proposta, de autoria da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), estabelece regras de

transição até o ano de 2022. O projeto tem parecer favorável da relatora Vanessa Grazziotin, que faculta às empresas o preenchimento gradual dos cargos desde que respeitados os limites mínimos de 10%, até 2018; 20%, até 2020; e 30% até o ano de 2022 (Ag.Senado).

## Senado aprova união estável entre pessoas do mesmo sexo

O projeto que altera o Código Civil para reconhecer a união estável entre pessoas do mesmo sexo e para possibilitar a conversão dessa união em casamento, foi aprovado ontem (8) pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, em decisão terminativa. Durante a votação houve 17 votos favoráveis e uma abstenção.

Apresentada pela senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), a proposta recebeu voto favorável do relator, senador Roberto Requião (PMDB-PR). Hoje, o Código Civil reconhece como entidade familiar "a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família". Com o projeto, a lei será alterada para estabelecer como família "a união estável entre duas pessoas", mantendo o restante do texto do artigo.

O texto determina ainda que a união estável "poderá converter-se em casamento, mediante requerimento formulado dos companheiros ao oficial do Registro Civil,



Segundo o relator, senador Roberto Requião, o projeto garante segurança jurídica.

no qual declarem que não têm impedimentos para casar e indiquem o regime de bens que passam a adotar, dispensada a celebração". A conversão em casamento da união estável entre pessoas do mesmo sexo já é autorizada por juízes. No entanto, há casos de recusa, fundamentada na inexistência de previsão legal expressa. O projeto busca eliminar as dificuldades nesses casos e conferir segurança jurídica à matéria.

No relatório, Requião lembra decisão de 2011 do STF, reco-

nhecendo o direito à formalização da união entre casais homossexuais. No entanto, ele diz ser responsabilidade do Legislativo adequar a lei em vigor ao entendimento consagrado pelo Supremo, "contribuindo, assim, para o aumento da segurança jurídica e, em última análise, a disseminação da pacificação social". O projeto aguardava decisão do Senado desde 2012, quando recebeu emendas da Comissão de Direitos Humanos, que foram mantidas por Requião (Ag.Senado).

## Manejo do amianto pode se tornar proibido no país

Projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) proíbe a extração, industrialização, importação, transporte e armazenamento do amianto no Brasil, assim como a importação e comercialização de produtos que o utilizem como matéria-prima. O projeto está na Comissão de Infraestrutura. Paim lembra, na justificativa da proposta, que a OIT calcula que ocorram anualmente cerca de 100 mil mortes no mundo relacionadas à exposição ao amianto.

Também o Instituto Nacional de Saúde da França teria ainda em 1997 constatado que, somente naquele país, as mortes provocadas pelo amianto giravam em torno de 2 mil por ano, o que levou a França e todas as outras nações da União Europeia a proibi-lo. "Hoje mais de 40 países já adotaram legislações assim. A proibição concorre para a melhoria da saúde da população, principalmente de trabalhadores envolvidos com as atividades de aproveitamento do mineral", argumenta o senador na justificativa.

Paim menciona o posicionamento do médico René Mendes, da Comissão Internacional de



Trabalhadores manuseiam telha feita de amianto.

Saúde no Trabalho, para quem "a despeito da riqueza de evidências sobre os riscos da exposição ao amianto, a questão tem sido tratada no Brasil com uma miopia leviana e criminoso, marcada pela negligência do poder público. A defesa do significado econômico do mineral, privilégio de poucas empresas, é o que prevalece. O sofisma do "uso seguro" e do "uso controlado" consegue se sobrepor à saúde pública".

Paim argumenta que as pes-

soas mais afetadas à exposição ao amianto são os trabalhadores envolvidos nas diversas atividades com ele relacionadas, desde a extração até o uso dos produtos que o contenham como matéria-prima. "Mas as vítimas do amianto não são apenas os trabalhadores; seus familiares e os moradores de lugares próximos aos locais de extração ou industrialização, além dos usuários, também estão sujeitos a diversas doenças", afirma o parlamentar (Ag.Senado).

Para veiculação de seus Balanços, Atas, Editais e Leilões neste jornal, consulte sua agência de confiança, ou ligue para TEL: 3106-4171

Companhia Mascote de Empreendimentos  
CNPJ/MF nº 54.849.047/0001-53 - NIRE 353.0010858-2 - Convocação - AGOE a Ser Realizada em 20/04/17  
Ficam convocados os senhores acionistas da Companhia Mascote de Empreendimentos a se reunirem em assembleia geral ordinária, no dia 20/04/17, às 09h, na sede social na Avenida Paulista, 352, 11º andar, sala 112, nesta Capital, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Ordinária: 1. Relatório da administração, balanço e contas do exercício social findo em 31/12/16; 2. Eleição da Diretoria para o triênio 2017/2020; 3. Fixação dos honorários da Diretoria; Em Assembleia Extraordinária: 1. Consolidação do Estatuto Social; e, 2. Outros assuntos de interesse social. Achar-se-á a disposição dos acionistas na sede social, no endereço supra, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76. São Paulo (SP), 08/03/17. Assinatura: Guilherme Azevedo Soares Giorgi, Diretor Presidente. (09, 10, 11/03/2017)